

O Caminho Certo: Uma Proposta para a Ética do Exército

Tenente-Coronel Clark C. Barrett, Guarda Nacional do Exército/Estado de Michigan

O Tao é o caminho da humanidade e da justiça; as “leis” são regulamentos e instituições. Aqueles que se distinguem na guerra primeiro cultivam sua própria humanidade e justiça e mantêm suas leis e instituições. Dessa forma, tornam seus governos invencíveis¹.

—Sun Tzu, como interpretado por Tu Mu

NO COMENTÁRIO DE Tu Mu sobre Sun Tzu, 800 d.C, a palavra central *Tao*, que literalmente significa “o caminho certo”, tem várias traduções. Contudo, a tradução pertinente é “influência moral”. Sun Tzu reconheceu a importância da moralidade. Para ele, a influência moral ocupa o primeiro lugar na ordem das prioridades da guerra. Considerando que sua *A Arte da Guerra* se concentrou na estratégia da guerra, pode-se inferir que “aqueles conhecedores da guerra” refere-se aos generais e líderes estratégicos incumbidos do “cultivo de sua própria humanidade e justiça e da preservação de suas leis e instituições”, “fazendo, assim, que seu governo seja invencível”².

Entretanto, como é que após 1.200 anos, embora consciente das importantes ideias de Sun Tzu, faltariam ao Exército dos EUA os fundamentos morais apropriados, com base nos quais deveria operar? Apesar dos já conhecidos erros graves cometidos na última década, o Exército ainda não direcionou seus esforços no sentido de prevenir crimes de guerra³. Esses crimes são indícios preocupantes de uma deficiência cultural maior.

A profissão militar necessita de uma ética institucional formal e um meio de autocontrole entre colegas. Os meios textuais, tais como os Valores do Exército e as leis operacionais formais, implicam, mas não impõem uma ética institucional. Essencialmente, o Comando do Exército precisa advogar tal ética — tanto para proteger a honra institucional e individual quanto para conduzir a missão ao sucesso.

O comportamento antiético pode minar os esforços para vencer uma guerra. Também pode destruir as chances de obter a paz. Os crimes de guerra corroem a confiança do povo no Exército. As ações moralmente injustas põem em dúvida a Profissão das Armas. Portanto, para alcançar os objetivos de guerra, o Exército precisa agir de acordo com um conjunto de princípios morais tanto quanto necessita respeitar os “princípios da guerra”. A máquina de guerra como um todo precisa satisfazer às expectativas do público.

Eficácia e Expectativas: O Campo de Batalha Moral

O objetivo final da guerra é alcançar uma paz ideal⁴. A guerra travada de forma imoral raramente termina bem. As vítimas da injustiça frequentemente se recusam a buscar um acordo com seu inimigo, preferindo morrer no campo de batalha a sofrer a injustiça fora do mesmo. Os filósofos e políticos formularam as leis da guerra com a esperança de evitar o conflito e o caos intermináveis, perpetuados pelo comportamento imoral.

O Tenente-Coronel Clark C. Barrett é integrante da Guarda Nacional do Exército/Estado de Michigan. É bacharel pela Academia Militar dos EUA, possuindo também os títulos de mestre pela Embry-Riddle Aeronautical

University e pelo Army War College (AWC) e doutorado pela Andrews University. Este artigo resume sua pesquisa premiada no AWC, publicada na íntegra como um Carlisle Paper pelo Instituto de Estudos Estratégicos.

A Tradição da Guerra Justa é parte da formação militar profissional. Dessa forma, este artigo aborda apenas os detalhes mais pertinentes a uma ética institucional. Geralmente, os princípios morais da teoria da Guerra Justa consistem de duas partes: a justiça ao declarar a guerra, *jus ad bellum*, e a justiça ao travar a guerra, *jus in bello*. Considerando que *jus ad bellum* é responsabilidade dos políticos (a Autoridade de Comando Nacional), ela não se encaixa no âmbito deste artigo. Por outro lado, *jus in bello* pertence principalmente às Forças Armadas, cujas formas e meios precisam satisfazer os fins políticos. Segundo os Professores Joseph Nye e David Welch, “os princípios de *jus in bello* são (1) observar as leis da guerra, (2) manter proporcionalidade e (3) observar o princípio de imunidade dos não combatentes”⁵.

Em 1863, o *Lieber Code* se tornou o guia de comportamento da União durante a Guerra Civil [dos EUA], e o predecessor das Convenções de Genebra e de Haia. O Exército adentra soldados

sobre essas convenções, exige cumprimento e puni violações. Além disso, os soldados devem desobedecer às ordens que contrariem essas leis e convenções. Um documento do Departamento de Defesa, *Armed Forces Officer* (“Oficial das Forças Armadas”, em tradução livre), reforça esse ponto: “Você [...] deve cumprir as ordens ou determinações dos superiores, a menos que esteja diante de uma clara razão operacional, legal ou moral para recusar ou divergir”⁶. Para soldados leais, desobedecer até mesmo a uma ordem ilegal, imoral ou antiética é difícil, mas não obstante é *imprescindível*.

As atrocidades apenas perpetuam a guerra. Em *Da Guerra*, Carl von Clausewitz observou:

Havia deixado de estar em harmonia com o espírito do tempo de pilhar e devastar a terra do inimigo. [...] Foi considerado, justamente, ser desnecessariamente bárbaro, um convite para represálias e uma prática que prejudica os súditos do inimigo em vez de seu governo — [Isso] era ineficiente⁷.



Wikipedia, Maroz Miraz

O Exército de terracota, uma coleção de 8.099 figuras de tamanho natural, localizada perto do mausoléu do Primeiro Imperador Qin, Xian, China.



Commons.Wikipedia

Assinatura da *Primeira Convenção de Genebra* por algumas das principais potências europeias, em 1864. Óleo sobre tela de Charles Edouard Armand-Dumaresq (1826–1895), Coleção do Museu da Cruz Vermelha americana.

O respeitado estrategista B.H. Liddell Hart também apelou à razão, observando:

Quanto mais brutal forem os seus métodos, maior será a reação dos seus oponentes, resultando naturalmente no fortalecimento da resistência que você está tentando superar [...] [é sábio] evitar excessos de violência que venham a consolidar a união da tropa com o povo inimigo no apoio às suas lideranças⁸.

Hoje, as histórias de Abu Ghraib e Guantánamo motivam os inimigos dos EUA a lutarem. Os inimigos citam os insultos à sua cultura, ao povo e à sua ideologia, da mesma forma que os norte-americanos lembram Pearl Harbor e o 11 de Setembro. O comportamento ético no campo de batalha facilita atingir os objetivos da guerra. O respeito ao comportamento moral é fiel ao povo norte-americano e representa seus interesses.

O Exército opera em prol do povo norte-americano e o público tem, tipicamente, confiança nas Forças Armadas. Os norte-americanos também têm um alto nível de tolerância para os erros militares. No entanto, Stjepan Mestrovic, um especialista no assunto crimes de guerra, sugere que os crimes de guerra recentes são menos aceitos

porque são atribuídos erroneamente às “aberrações perpetuadas por alguns negligentes, em vez dos resultados inevitáveis de falhas institucionais”⁹. O apoio público às forças militares depende dos esforços bem-intencionados das Forças Armadas para manter essa confiança.

Os crimes de guerra prejudicam a confiança dos norte-americanos em seus soldados e nas guerras que seus soldados estão travando. Evitar esse desvio de conduta deve-se constituir na prioridade máxima para as Forças Armadas em geral, se desejarem alcançar uma paz duradoura em conflitos no exterior.

Moralidade e a Profissão

Além dos objetivos de eficácia em tempos de guerra e a manutenção da confiança do povo, o Exército precisa de uma ética institucional para salvaguardar a Profissão das Armas. A Professora de Sociologia Magali Larson sugere que uma profissão deve possuir as seguintes características: “associação profissional, base cognitiva, treinamento institucionalizado, exigências de autorização, controle de colegas [...] e um código de ética”¹⁰. A autonomia concedida

ao Exército pela liderança política e pela nação americana depende da existência de uma ética explícita, de segui-la e impô-la por meio do auto-policamento.

O que significa para o Exército não possuir esses requisitos? Não ter uma ética constitui uma crise institucional e individual para a Profissão.

Em 2010, o Exército lançou a Campanha Profissão Exército (*Army Profession Campaign*) para reavaliar a profissão das armas após dez anos de guerra. O Comando reconheceu que manter o caráter profissional do Exército é essencial para garantir sua legitimidade moral, a confiança do público e o apoio para suas missões globais. De início, a equipe encarregada de conduzir a campanha identificou os princípios da Profissão Exército como:

- Confiança.
- Fidedignidade.
- Serviço Honroso.
- Espírito de Corpo.
- Competência Profissional.
- Gestão da Profissão¹¹.

O conceito de “gestão” talvez abranja a noção de autopoliciamento, mas apenas se houver uma ética clara e coesa a ser policiada e um método para fazer isso. Atualmente, nenhum deles existe.

Relevância da ética. A mais conhecida ética profissional explícita é o Juramento de Hipócrates para a profissão médica, que se refere ao conhecimento especializado possuído pelos médicos, sua relação com seus clientes-pacientes e as obrigações de autocontrole da comunidade de saúde. Esse antigo juramento foi atualizado para oferecer um código relevante¹² aos profissionais de medicina.

As profissões das áreas de Direito e Teologia são fortalecidas por códigos similares. Muitos outros ofícios que aspiram ser profissões possuem códigos de ética e meios de autocontrole. Muitas outras nações também desdobram forças militares que são comprometidas a éticas profissionais detalhadas. O Exército deve buscar o exemplo dessas outras organizações e forças militares como um ponto de referência para criar sua própria ética.

Embora talvez pareça óbvio que um código de ética beneficiaria qualquer organização, há

objeções para adotar tal mecanismo. Alguns descrentes sugerem que os códigos profissionais são “inúteis, desnecessários e possivelmente perniciosos”¹³. Um crítico sugere que nenhum delineamento especial é necessário para profissionais porque *todas* as pessoas têm os mesmos direitos e deveres como pessoas morais¹⁴. Outro sustenta que códigos são usados com tão pouca frequência ou são elaborados tão deficientemente que são prejudiciais¹⁵.

Andrew Olson, do Center for the Study of Ethics in the Professions (“Centro para o Estudo da Ética nas Profissões”), afirma que a formulação de um código de ética adequado é difícil. Os formuladores precisam criar uma ética suficientemente filosófica e compreensiva, ao mesmo tempo deixando-a um tanto flexível para as situações imprevistas. A ética precisa ser também apropriada e compreensível¹⁶. Parte do problema do Exército é a deficiente instrução sobre o tema moral. Embora alegue ser uma profissão, o Exército *falha* atualmente em *não priorizar* a instrução e a observância da ética no meio militar. Portanto, falta à Força um dos critérios básicos do profissionalismo.

Artifícios tais como a Constituição, a Declaração de Independência, o Código Penal Militar, o “Credo do Soldado”, as normas regulamentares, os Valores do Exército e os Regulamentos Conjuntos de Ética (*Joint Ethics Regulation — JER*) implicam, mas não impõem uma ética militar profissional concreta. Apenas o JER, muito pouco conhecido, contém um “Código de Ética para o Serviço Governamental”.

Individualmente, esses “artefatos” são frequentemente nebulosos, contraditórios e insuficientes. Mesmo juntos, os materiais doutrinários atuais dizem pouco sobre questões éticas, ou apresentam mensagens ambíguas. Por exemplo, o “Credo do Soldado” enfatiza excessivamente o combate cinético, o que é contraproducente no ambiente operacional atual¹⁷. Com a exceção da publicação do “Código de Conduta do Soldado”, já bastante tarde, em 2007, o Exército proporciona poucas orientações a respeito da interação dos soldados com os não combatentes. Essa deficiência é crítica dada a natureza dos últimos dez anos de conflito.

Nenhum desses documentos é devidamente ajustado a uma ética institucional, tampouco complementam um ao outro.

Um produto da Campanha Profissão Exército, o panfleto *Army: Profession of Arms* (“Exército: Profissão das Armas”, em tradução livre), valida a importância de uma “Ética do Exército”, mas devemos admitir que tal ética “não foi completamente codificada”¹⁸. O panfleto salienta a proliferação de ideias inconsistentes, preenchendo oito páginas com textos conflitantes¹⁹.

Uma análise do adestramento atual do Exército revela a escassa instrução ética ministrada aos nossos soldados. Esse treinamento é frequentemente conduzido por advogados e capelães, mas comandantes proporcionariam mais autoridade a essa instrução. O conteúdo do treinamento é mínimo e dependente do conhecimento, proficiência e autoridade de cada instrutor. Após chegarem às suas unidades de emprego em campanha, os soldados raramente recebem treinamento sobre conduta ética. Quando os militares estão prestes a partirem para missões no exterior, eles apenas recebem algumas instruções superficiais como reciclagem, somente para constar que o assunto foi ministrado. Considerando a importância de comportamento ético na guerra atual, tais deficiências devem causar preocupação.

Esforços recentes por todo o Exército proporcionam evidência de progresso no adestramento. O Centro para a Profissão e a Ética do Exército (*Center for the Army Profession and Ethic — CAPE*), criado no final de 2007, atualmente age como o proponente de assuntos relacionados com a profissão e a ética militar. Além disso, o CAPE prepara instrutores para os temas Profissão e Ética do Exército²⁰. Embora o CAPE lidere a Campanha Profissão Exército e busque aumentar o conhecimento dos assuntos relacionados com a ética, ele ainda permanece como um esforço pequeno e marginalizado.

A importância do autocontrole entre os pares. Mesmo que o Exército tivesse um Código de Ética detalhado e abrangente, e se assegurasse de que todos os soldados o entenderam, ainda assim haveria infratores em suas fileiras cometendo transgressões. Capitão de Mar e Guerra e Professor de Filosofia,

Dick Couch observa que as tropas ainda influenciadas pelo sistema de ensino permanecem suscetíveis ao tema, porém estão sujeitas às influências dos “piratas morais” nas guarnições, que acabam corrompendo alguns pela proximidade e poder²¹.

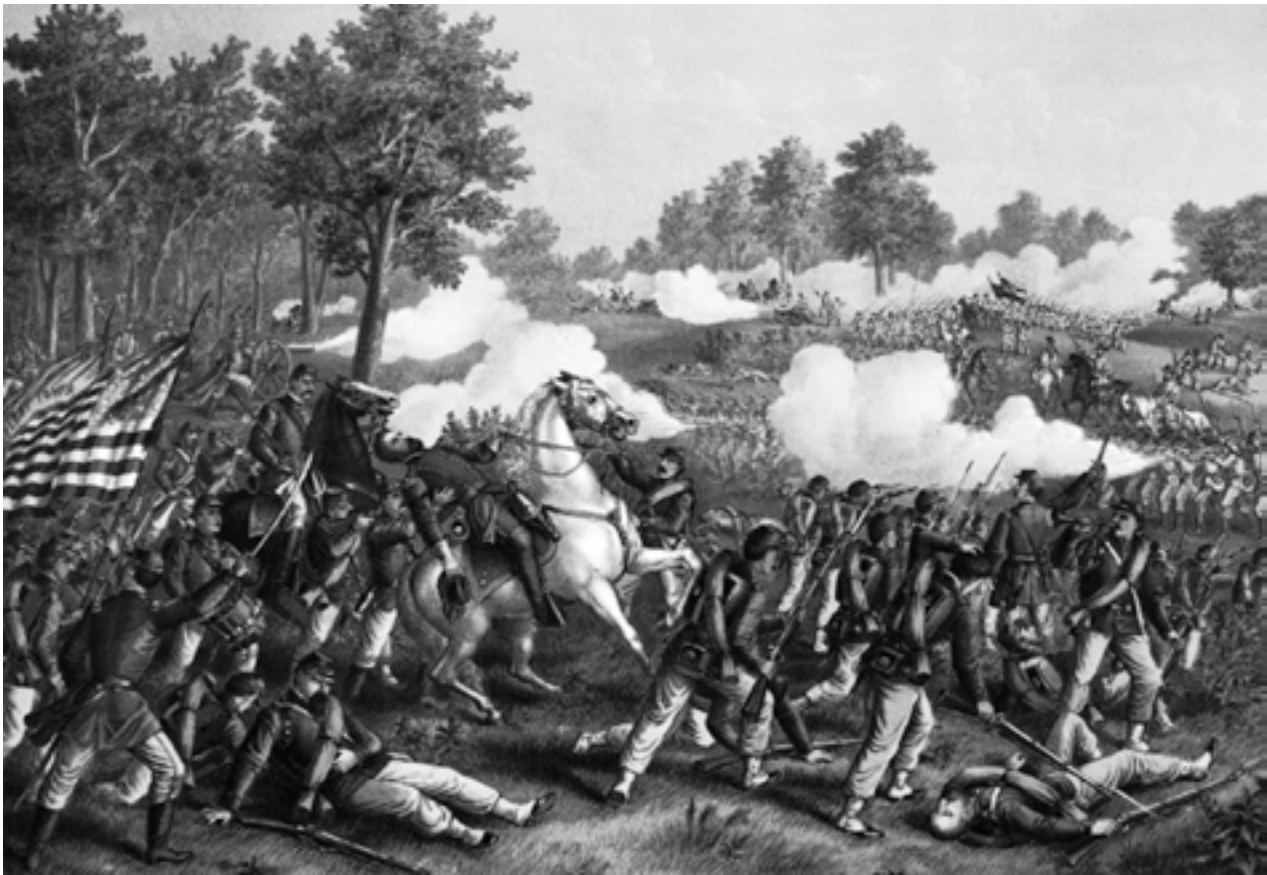
A investigação das atrocidades cometidas por integrantes da 5ª Brigada de Infantaria Mecanizada/ 2ª Divisão de Infantaria (5/2 Stryker) cita a expressão “comandantes deficientes” como o fator decisivo para a falha na disciplina da Unidade²². Sem dúvida, os comandantes falharam, mas e com relação aos soldados? Alguns integrantes do pelotão envolvido na questão desaprovaram a constante violação das normas, alguns até tentaram denunciar as transgressões, mas acabaram cometendo os mesmos crimes mais tarde. Por que nenhum dos soldados preveniu ou denunciou as atrocidades?

Sem uma Ética para o Exército, e uma Força que autopolicie a execução dessas regras, não deve ser motivo de admiração o fato de, eventualmente, alguns deslizes serem aceitos. A intolerância ao comportamento inaceitável e o autopolicamento são essenciais para o *status* do Exército como uma profissão. A instituição precisa de um código de ética centrado no autopolicamento. De fato, o autopolicamento deve se tornar uma característica definitiva não apenas do código, mas também do Exército como um todo.

Por que nenhum dos soldados preveniu ou denunciou as atrocidades?

O Código de Honra da Academia Militar dos Estados Unidos (West Point) serve como exemplo para a elaboração, aprovação e imposição de uma ética do Exército. O famoso Código de Honra do Cadete — “Um Cadete não irá mentir, colar e roubar, ou tolerar aqueles que assim o fazem” — é uma característica antiga e determinante da academia²³. Em resumo, a força do código de West Point reside em cinco princípios que sustentam sua credibilidade.

Primeiro, o Código de Honra foi criado pelos cadetes e permanece um trabalho em evolução. “As práticas para sua implantação tinham sido



Em 1863, o *Lieber Code* se tornou o guia de conduta da União na Guerra Civil dos EUA, e o precursor das Convenções de Genebra e Haia. *Battle of Wilson's Creek*, 1893, Kurz and Allison.

estabelecidas, e somente mais tarde foram codificadas e redigidas oficialmente”²⁴. Segundo, o código se aplica a *todos* os cadetes desde o momento que incorporam à Academia. West Point reconhece que cadetes, assim como os soldados do Exército, possuem origens e formações diversas. A Academia Militar também entende que novos cadetes ainda são suficientemente jovens para aprender e internalizar o sentido da honra. Terceiro, os cadetes são os guardiões diários do código. Os cadetes aprendem e crescem dentro do sistema; eles enfrentam frequentemente as dificuldades do processo decisório ético. Quarto, a cláusula de intolerância, “ou tolerar aqueles que assim fazem”, desafia os cadetes a manterem sua honra pessoal e a policiarem seus colegas. Os cadetes precisam subordinar a lealdade entre si em favor da *lealdade aos princípios mais altos*. “Ao manter fidelidade a essa mentalidade imparcial, um cadete irá denunciar qualquer outro cadete, ou

até a si próprio, por uma infração da honra”²⁵. O historiador Lewis Sorley observa que as profissões exigem tais altos padrões:

Cada ofício digno de ser considerado uma profissão compreende a necessidade de seus membros estabelecerem padrões admiráveis de comportamento [...] e defenderem esses padrões, tanto individual quanto corporativamente. Com tais aspirações vêm as obrigações, algumas muito rigorosas ²⁶.

A cláusula de intolerância é a exigência sobre essa aspiração; a cláusula permanece “integral ao espírito do Código e essencial para sua viabilidade”²⁷.

A lição final do Código de Honra de West Point é simples; os cadetes que violam o código geralmente enfrentam a expulsão. Há pouca compaixão pelo mau comportamento: “Não é função de West Point transformar-se em um reformatório de princípios morais”²⁸.

Couch reforça a necessidade de “intolerância apaixonada”; fazer vistas grossas ao comportamento imoral significa o abandono da moral, não diferente do abandono físico do soldado no campo de batalha²⁹. Couch sugere uma regra poderosa de “Princípios de Honradez” pela qual militares que se “desviarem dos padrões de comportamento moral serão removidos sumariamente da Unidade [...] *com desonra*”³⁰.

Para que uma ética do Exército seja eficaz, é preciso que seja apoiada por um compromisso organizacional de intolerância a infrações. Essa intolerância exige governança multidirecional fora da imposição pela cadeia de comando. Semelhante ao Código de Honra de West Point, uma ética do Exército — como um sistema — precisa apoiar, não substituir, os regulamentos e o Código Penal Militar.

A ética do Exército precisa afirmar o esforço organizacional para fazer autopolicimento, mas tal ética também exige facilitadores diários, como reforços e ferramentas para o processo decisório ético. Qualquer regra funcionará, mas os soldados necessitam de algum teste ou auxílio na resolução de dilemas éticos. Esse tipo

de questionamento interno espera-se de profissionais instruídos, esforçando-se por vivenciar um código.

Extratos da Proposta para uma Ética do Exército

A seguinte versão preliminar para uma proposta de “Ética do Exército” visa a reforçar o profissionalismo da instituição. Essa proposta procede de uma compilação de fontes; muitas são reproduzidas aqui quase palavra por palavra. Omiti aspas e as fontes são parafraseadas para simplicidade e clareza. As notas finais se referem às fontes.

Propósito. O propósito da Ética do Exército é codificar o contexto moral dentro do qual a Força define sua missão e extrai sua motivação. A Ética do Exército contextualiza a instituição e sua finalidade: Servir à nação e permanecer completamente sensível às necessidades do povo³¹.

Integrantes. O conjunto de integrantes da Profissão Exército sujeitos a essa ética consiste de seus oficiais, praças, funcionários civis efetivos e terceirizados e, na medida do possível, profissionais não atuantes, já transferidos para a Reserva.



Exército dos EUA, Sgt Taresha D. Neal

Sgt Ronald Russ conduz entrevista no âmbito de um grupo de discussão sobre a campanha “Profissão Exército”, Forte Bragg, Estado da Carolina do Norte, 08 Abr 11.

A Profissão Exército é composta de especialistas militares e civis, versados no planejamento, geração, apoio e aplicação éticos do poder de combate terrestre, servindo sob a autoridade civil, com o dever de defender a Constituição, os direitos e interesses do povo norte-americano³².

Quem somos. Os autores da Declaração de Independência arraigaram os incipientes Estados Unidos em ideais morais. Esses ideais se tornaram o fundamento moral da nação e de seus princípios, leis e instituições. Os valores da Constituição, mais tarde, tornaram-se pré-requisitos para a obtenção do bem-estar interno, da tranquilidade e da defesa comum³³. O propósito nacional torna necessário elementos de liberdade individual, como delineada na Constituição e na Carta de Direitos, condições sob as quais um sistema livre e democrático pode florescer. A Constituição afirma nossa determinação de lutar se for necessário para defender nosso estilo de vida³⁴.

O povo dos Estados Unidos espera que seu país sirva como um exemplo de liberdade, justiça, igualdade e dignidade no mundo³⁵. Essa expectativa exige que sua segurança provenha da justiça da nossa causa, da força de nosso exemplo e das qualidades moderantes de humildade e comedimento³⁶. As Forças Armadas dos EUA precisam atuar dentro desse contexto moral. Os meios se vinculam aos fins.

Por que lutamos. As origens do Exército antecedem a formação dos Estados Unidos. Os cidadãos-soldados estabeleceram a milícia em 1636 para defender assentamentos coloniais em caso de ataque³⁷. A nação assumiu o comando das Tropas das Províncias Unidas da América do Norte em 14 de junho de 1775³⁸. Hoje, o Exército defende a soberania política, integridade territorial e estilo de vida da nação, incluindo seus valores básicos e instituições³⁹. O papel do poder militar é dissuadir um ataque contra a nação. Quando a dissuasão fracassa, as Forças Armadas precisam conquistar uma paz duradoura e sustentável sem destruir as instituições de nossa civilização no processo⁴⁰. Lutamos, quando necessário, para defender a integridade e a vitalidade de nossa sociedade livre⁴¹.

Como combatemos. A profissão militar possui uma finalidade ética, e suas ações precisam permanecer coerentes com os resultados éticos que busca. O estilo de vida norte-americano foi tipicamente mais humanitário do que a forma de nossos inimigos, e a história já demonstrou a vontade norte-americana de exibir bondade, comportamento humanitário e atos de cavalheirismo, mesmo durante os conflitos mais amargos⁴². Os fundadores da nação eram determinados a não apenas vencer suas guerras, mas também fazer de forma consistente com seus princípios morais e sua crença central nos direitos morais.

Como adestramos. Um código de ética militar segue paralelamente à instrução e ao treinamento no desenvolvimento das virtudes militares durante a formação de um soldado ético⁴³. Há um manual de campanha proposto que descreve os detalhes da Ética do Exército e o programa de treinamento ético do Exército. No cerne dessa publicação está a proposta para que o Exército incorpore a ética em todo o seu adestramento como um assunto principal, em vez de secundário.

Como decidimos. Se esperamos a moralidade das Forças Armadas, precisaríamos ter uma força militar pensante. O seguinte guia pode ajudar os soldados a decidirem pelo correto, mesmo que venham a enfrentar o caminho mais difícil:

- Quais são os fatos relevantes da situação?
- Quais são as alternativas disponíveis?
- Quem será afetado?
- Quais os princípios morais e éticos envolvidos?
- Como serão esses princípios destacados ou violados em cada linha de ação⁴⁴?
- Como eu me sentiria se eu, ou alguém importante para mim, fosse o receptor dessa ação⁴⁵?

Como controlamos. As infrações dos padrões de comportamento ético prejudicam a confiança colocada nos oficiais pelos superiores e subordinados, e minam o respeito do público para com o Exército⁴⁶. Todas as infrações à lei dos conflitos armados e à Ética do Exército precisam ser relatadas às autoridades competentes. *A ninguém será permitido permanecer na profissão caso não possa apoiar a ética do Exército ou não possa compreender as razões de sua existência.*⁴⁷.

Cumprir o juramento. Há uma relação especial de lealdade e confiança entre o Exército e a nação. O povo norte-americano deseja e espera dedicação dos integrantes das Forças Armadas dos EUA. Ao priorizar as necessidades da nação e do Exército em sacrifício das suas, os soldados se privam de alguns dos direitos gozados por aqueles que estão fora das Forças Armadas. Em troca, os militares sempre podem esperar tratamento justo e respeitoso como indivíduos. Também devem esperar que suas famílias sejam apoiadas e recompensadas proporcionalmente, de acordo com os termos legais e as condições do serviço⁴⁸.

Essa obrigação mútua gera o acordo militar entre a nação e seus soldados. Ele estabelece um vínculo comum indestrutível de identidade, lealdade e responsabilidade que sustenta o Exército⁴⁹. O juramento é a base de um código que determina o que a sociedade espera de seus profissionais militares, uma *confiança sagrada*.

Os Princípios da Proposta Ética do Exército

Aqui estão apresentados os princípios que sustentam os conceitos do subtítulo anterior. Os princípios são o cerne de todas as ações morais.

Princípios de honra.

- Sempre prestarei serviço honroso aos Estados Unidos e ao Exército. Obedecerei e apoiarei a autoridade legal e moral e rejeitarei e denunciarei ordens ilegais ou imorais⁵⁰.

- Reconheço que a *honra* exige comportamento ético, comportamento moral, honestidade, integridade e confiança. Entendo que os fins, independentemente do seu valor, nunca justificam meios antiéticos⁵¹. Eu não desonro meu país e meu Exército com ações antiéticas ou ilegais.

- Não minto, engano ou furto, nem tolero aqueles que o fazem. Busco a *honra* e a verdade independentemente das consequências pessoais. Sou dedicado à imparcialidade e justiça⁵².

- Sou completamente responsável pelas minhas ações e pelas ações daqueles que são confiados a mim⁵³. Eu os treino e espero que sejam honrados.

- Eu sempre lembro e honro os homens e mulheres corajosos que serviram antes de mim

e que pagaram o preço supremo por nossa liberdade, pela honra e integridade de nosso Exército⁵⁴.

Princípios de serviço.

- Eu sempre coloco o serviço, o dever e a lealdade à nação acima dos meus interesses pessoais.

- Tenho o dever de apoiar e defender a Constituição; e manter as leis e regulamentos dos Estados Unidos⁵⁵. Sempre permaneço fiel aos princípios que subordinam as Forças Armadas à autoridade civil⁵⁶. Sou imparcial e evito conflitos de interesse na minha vida profissional⁵⁷.

- Estou preparado para fazer meu dever e, se for necessário, aceitar sacrifícios ou arriscar minha vida para proteger a segurança e o povo dos Estados Unidos⁵⁸.

- Sou um gestor da profissão Exército. Exibo dedicação, iniciativa e disciplina enquanto cumprindo minha missão⁵⁹. Desenvolvo e mantenho meu conhecimento e habilidade militar. Faço o máximo para garantir que eu e meus soldados estejamos treinados e equipados para cumprir nossos deveres⁶⁰. Sou um bom gestor dos recursos dos EUA.

- Sou um defensor dos indefesos. Eu me comprometo a, no campo de batalha, priorizar a vida dos meus compatriotas e todos os não combatentes antes da minha.

Mesmo diante do combate mortal, eu tratarei meu honrado inimigo com dignidade e respeito.

- Sempre demonstro coragem física, mental e moral em face à adversidade⁶¹.

- Sou corajoso, mas não imprudente⁶². Eu arrisco a mim e meus companheiros apenas ao ponto necessário para cumprir a missão⁶³. Eu compartilho riscos, aguento provações e enfrento perigo com meus companheiros⁶⁴.

- Demonstro coragem em comedimento, mesmo quando envolva perigo pessoal⁶⁵.

- Persevero com coragem, determinação e força de caráter⁶⁶. Eu me preparo para agir corretamente na presença de perigo e do medo⁶⁷. Eu não desisto.



Departamento de Defesa dos EUA

O General Creighton W. Abrams, à direita, acompanhado dos Secretários da Defesa, Melvin R. Laird, e do Exército, Robert F. Froehlke, inspeciona as tropas comandadas pelo Cel Harvey H. Perrett Jr., durante sua cerimônia de posse como Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, em Arlington, Estado da Virgínia, Out 1972.

- Eu demonstro coragem moral, mesmo ao risco de zombaria ou perigo. Eu insisto em manter sempre os padrões mais altos de decoro e comportamento⁶⁸.

Princípios de comprometimento.

- Estou comprometido com a defesa dos Estados Unidos da América. Eu estarei a serviço sempre, quando e onde quer que seja necessário, quaisquer que sejam as dificuldades ou perigos⁶⁹.

- Estou comprometido com as Forças Armadas dos EUA. Eu entendo que a lealdade é um compromisso não apenas a uma causa, mas também àqueles que compartilham essa causa. Reconheço que a lealdade é recíproca, baseada na confiança mútua e no respeito.

- Estou comprometido com a minha Unidade. Tenho orgulho da minha Unidade, da nossa disciplina, da nossa perícia militar e do nosso treinamento⁷⁰.

- Estou comprometido com o bem-estar de meus companheiros de farda, com base no objetivo, igualdade, confiança, tolerância e amizade

comuns⁷¹. Eu nunca deixarei um amigo ferido para trás. Eu não faltarei àqueles com quem sirvo⁷².

- Eu reconheço que quando a lealdade e a honra competem, as transgressões não podem ser toleradas ou encobertas. Estou comprometido com a honra como o meu princípio militar mais elevado⁷³.

Princípios de respeito.

- Eu sempre respeito a dignidade de todas as pessoas⁷⁴. Trato os outros com respeito e de acordo com os direitos humanos básicos e segundo as leis da guerra.

- Reconheço o valor supremo dos seres humanos, independente de sua origem, religião, nacionalidade, sexo, *status* e posição⁷⁵. Demonstro tolerância, espírito de solidariedade e, pelo meu comportamento, ganho o respeito de outros⁷⁶.

- Eu apoio as leis, convenções e regulamentos internacionais do conflito armado⁷⁷. Utilizo a força apenas ao mínimo necessário e somente de forma a manter minha integridade⁷⁸. Mesmo diante do combate mortal, eu tratarei meu honrado inimigo

com dignidade e respeito. Evito o emprego de força motivada pela raiva, vingança e prazer. Uso a força apenas sob pressão ou quando é necessário para defender uma comunidade na base do Estado de Direito⁷⁹.

- Eu não prejudico seres humanos não combatentes ou detidos, e farei todo o possível para evitar danos à sua vida, dignidade e bens.

- Eu não tolero comportamento antiético ou ilegal. Faço o meu melhor para impedir violações da Lei da Guerra ou da Ética do Exército e denuncio todas as infrações à autoridade competente⁸⁰.

- Sempre lembro que sou um norte-americano, um defensor da República, um integrante de uma profissão consagrada pelo tempo, responsável por minhas ações e dedicado às virtudes de honra, serviço, coragem, compromisso e respeito⁸¹.

Rompendo o Ciclo de Cinismo Moral

O Exército considerou os crimes da 5ª Brigada de Infantaria Mecanizada/ 2ª Divisão de Infantaria (5/2 Stryker) como “repugnante a nós como seres humanos”⁸². Contudo, não foi o suficiente apenas condenar aquelas ações. O Exército precisa evitar crimes futuros ao proporcionar aos soldados as ferramentas e processos corretos. Para corrigir esse problema, o Exército, ou o Departamento de Defesa como um todo, deve adotar alguma versão dessa ética ou preparar uma alternativa. Os esforços anteriores para construir um código de ética do Exército falharam; talvez não houvesse uma necessidade urgente. Em decorrência dos eventos dos últimos anos, no entanto, a necessidade atual é evidente.

O Iraque exemplifica o persistente impacto dessas imprudências. No final de 2011, os EUA ainda desejavam manter Forças de “assessoria e assistência” no Iraque. Infelizmente, embora as autoridades iraquianas tenham concordado em permitir a permanência dos soldados norte-americanos, exigiram que eles não gozassem de imunidade às leis iraquianas. Isso foi considerado inaceitável pelos EUA, tornando a retirada imediata do Iraque como necessária. Então, o que causou essa mudança? O governo iraquiano citou o descontentamento com o julgamento

independente dos casos de crimes de guerra cometidos pelos militares norte-americanos, incluindo as atrocidades em Abu Ghraib. Os velhos crimes criam novas complicações.

Em vez de ser “invencível” na tradição de Sun Tzu, a nação é vulnerável. Os esforços estratégicos, como por exemplo permanecer no Iraque para manter a paz, foram arruinados devido aos fracassos táticos, dentre os quais Abu Ghraib. A influência moral, como Sun Tzu a enxergava, é absolutamente necessária para garantir a vitória.

As autoridades estratégicas do Exército precisam reconhecer o perigo de uma organização amoral e reequilibrar a Força pela perspectiva ética. Um soldado observou sobre os estupros e assassinatos em Mahmudiyah ocorridos em 2006:

Se nós continuarmos tratando isso como um evento misterioso que surgiu do nada, e se não mudarmos a maneira de orientar a tropa sobre o tema, bem como não buscarmos honestamente o que permitiu que isso ocorresse, o fato irá se repetir novamente. Quero dizer, isso não foi o primeiro caso. É apenas o mais famoso⁸³.

Infelizmente, sua predição estava certa. Os assassinatos da 5ª Brigada/2ª Divisão (5/2 Stryker) seguiram Mahmudiyah e a lista de crimes é ainda maior. Os fuzileiros navais urinando nos cadáveres. As autoridades afegãs alegam abuso a detidos pelos EUA. Um sargento bêbado matou supostamente 17 civis. Previsivelmente, oficiais seniores condenaram as “ovelhas negras. . . aquelas poucas que fazem asneiras”⁸⁴. O ciclo continua com força total.

Até o Exército mudar o rumo, as Forças dos EUA irão continuar vencendo a batalha, mas perdendo a guerra. Não pode haver uma “paz ideal”, estratégia, quando amigos, inimigos e não combatentes permanecerem amargurados pelos crimes da guerra. O povo norte-americano perde a confiança quando ações militares não são alinhadas com as suas expectativas. Nossos soldados merecem mais do que isso. O General Creighton Abrams observou: O Exército é e sempre será composto por pessoas. Nosso povo

é verdadeiramente bom. São raros os homens que são maus, mas muitos homens não são suficientemente fortes para serem bons por si só, e um pouco de ajuda é necessário⁸⁵.

Nossos soldados são realmente bons. Não obstante, eles precisam ser armados com a força do caráter. Os soldados precisam “saber o que é certo, e ter a coragem de fazer o que é certo”⁸⁶.

Uma nova ética do Exército não é uma panaceia. De fato, uma ética não transmitida oferece pouco potencial além dos atuais neologismos sem fundamento dos adesivos de carros. Contudo, uma ética explícita, incorporada ao treinamento adequado, com renovado enfoque sobre o comportamento ético, imposição das

regras, intolerante com os desvios criariam progresso moral. A Ética do Exército pode prover a motivação para lutar e os meios para combater moralmente.

O povo norte-americano merece um Exército aperfeiçoado sob um esboço institucional moral que melhor sirva aos interesses públicos. As forças combatentes americanas merecem o conhecimento e a influência moral para “cultivar sua própria humanidade e justiça, manter suas leis e instituições [e] fazer que seu governo seja invencível”⁸⁷. As lições de Sun Tzu permanecem verdadeiras. Os riscos são altos para a profissão e àqueles que a servem. Com determinação, o Exército dos EUA irá aprender a lição e buscar “o caminho certo”.**MR**

REFERÊNCIAS

1. SUN TZU, *The Art of War*, trans. Samuel Griffith (New York: Oxford University Press, 1963), p. 88.
2. Esta citação foi utilizada para enquadrar um argumento em FROMM, Peter D.; PRYER, Douglas A.; e CUTRIGHT, Kevin R. “War is a Moral Force: Designing a More Viable Strategy for the Information Age”, *Joint Force Quarterly*, no. 64 (1st Quarter 2012): p. 42. [Publicado nesta edição com o título “A Guerra é uma Força Moral: Como Conceber uma Estratégia Mais Viável para a Era da Informação”. — N. do T.]
3. HERSH, Seymour. *Chain of Command: From 9/11 to Abu Ghraib* (New York: Harper Collins, 2004); FREDERICK, Jim. *Black Hearts: One Platoon's Descent into Madness in Iraq's Triangle of Death* (New York: Crown Publishing, 2010); WHITLOCK, Craig. “Members of Stryker Combat Brigade in Afghanistan Accused of Killing Civilians for Sport”, 18 Sep. 2010, disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/09/18/AR2010091803935.html>>. Acesso em: 15 ago. 2011.
4. HART, B.H. Liddel. *Strategy*, 2nd ed. (New York: Meridian, 1991), p. 353.
5. NYE, Joseph S. Jr., e Welch, David A. *Understanding Global Conflict and Cooperation: An Introduction to Theory and History*, 8th ed. (New York: Longman, 2011), p. 26.
6. Department of Defense, “Responsibility, Accountability, and Discipline”, *Armed Forces Officer* (National Defense University Press and Potomac Press, 2007), p. 61-71; *Strategic Thinking: Selected Readings Core Curriculum* (Carlisle, PA: U.S. Army War College, 2011), p. 297.
7. CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*, ed. e trad. Michael Howard e Peter Paret (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976), p. 590-91.
8. HART, p. 357.
9. MOGELSON, Luke. “A Beast in the Heart of Every Fighting Man”, 27 Apr. 2011. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/05/01/magazine/mag-01KillTeam-t.html?_r=1&pagewanted=print>. Acesso em: 17 out. 2011.
10. LARSON, Magali Sarfatti. *The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis* (Berkeley: University of California Press, 1978), p. 208.
11. U.S. Department of the Army, TRADOC Center for the Army Profession and Ethic, *Army: Profession of Arms 2012: After More than a Decade of Conflict* (Fort Monroe, VA: Headquarters United States Army Training and Doctrine Command, October 2011), p. 17-29.
12. “The Hippocratic Oath”, 20 Aug. 2003. Disponível em: <<http://h2g2.com/dna/h2g2/A1103798>>. Acesso em: 18 dez. 2011.
13. LADD, John. “The Quest for a Code of Professional Ethics: An Intellectual and Moral Confusion”, *Ethical Issues in Engineering*, ed. Deborah G. Johnson (Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1991), p. 130-36, in Illinois Institute of Technology, “The Function and Value of Codes of Ethics”. Disponível em: <<http://ethics.iit.edu/index1.php/Programs/Codes%20of%20Ethics/Function%20and%20Value%20of%20Codes%20of%20Ethics>>. Acesso em: 11 dez. 2011.
14. Ibid.
15. LUEGENBIEHL, Heinz C. “Codes of Ethics and the Moral Education of Engineers”, *Business and Professional Ethics Journal* 2 (1983): P. 41-61, in *Ethical Issues in Engineering*, ed. Deborah G. Johnson (Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1991), p. 137-54, achado na Illinois Institute of Technology, “The Function and Value of Codes of Ethics”.
16. OLSON, Andrew. “Authoring a Code of Ethics: Observations on Process and Organization”, disponível em: <<http://ethics.iit.edu/index1.php/Programs/Codes%20of%20Ethics/Authoring%20a%20Code%20of%20Ethics>>. Acesso em: 22 jan. 2012.
17. DEBUSK, Steven S. “The Warrior Ethos Revisited: Implications for the Future” (Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, 2011), p. 17-18.
18. U.S. Department of the Army, TRADOC Center for the Army Profession and Ethic. *Army: Profession of Arms 2011: The Profession After 10 Years of Conflict* (Fort Monroe, VA: Headquarters United States Army Training and Doctrine Command, October 2010), p. 2.
19. Ibid., p. 29-37.
20. *Center for the Army Profession and Ethic*, <<http://cape.army.mil/index.html>>. Acesso em: 17 out. 2011.
21. COUCH, Dick. *A Tactical Ethic: Moral Conduct in the Insurgent Battlespace* (Annapolis, MD: Naval Institute Press, 2010), p. 54.
22. MOGELSON.
23. SORLEY, Lewis. *Honor Bright: History and Origins of the West Point Honor Code and System* (New York: McGraw-Hill, 2009), p. 12.
24. Ibid., p. 23.
25. Ibid., p. 48.
26. Ibid., p. 76.
27. Ibid., p. 79.
28. Ibid., p. 35.
29. COUCH, p. 8.

30. *Ibid.*, p. 102-109.
31. U.S. Department of the Army, Field Manual [FM] 1, *The Profession of Arms* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 14 Aug. 1981), p. 24, encontrado em BUILDER, Carl H. *The Masks of War: American Military Styles in Strategy and Analysis* (Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1989), p. 20.
32. U.S. Army Office of the Chief of Public Affairs, *America's Army: The Strength of the Nation: The Army Profession*, DVD (Washington, DC, 2011).
33. COLBERT, Christopher R. "National Character vs. National Security: Conflict in the Making?" (Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, 2011), p. 5.
34. National Security Council, A Report to the President Pursuant to the President's Directive of January 31, 1950, NSC 68, 7 Apr. 1950, p. 5.
35. OBAMA, Barack H. "Remarks by the President on National Security," 21 May 2009. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the_press_of.ce/Remarks-by-the-President-OnNational-Security-5-21-09/>. Acesso em: 17 Jan. 2011 em COLBERT, "National Character vs. National Security," p. 5.
36. OBAMA, Barack H. "Inaugural Address," 20 Jan. 2009. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/blog/inaugural-address/>>. Acesso em: 17 Jan. 2011 em COLBERT, "National Character vs. National Security," p. 5.
37. Army National Guard, *The Story of the Army National Guard* (ARNG 98-106) (Washington, DC: National Guard Bureau, 1998), p. 3, e HUNTER, R.S.; GORDON, D.M.; SMITH, D.L.; e GORDON, A.L. *2003 National Guard Almanac: Family Member Edition* (Falls Church, VA: Uniformed Services Almanac, 2003), p. 148.
38. FM 1, *The Army*, p. 1-2.
39. BUCKINGHAM, Clay T. "Ethics and the Senior Officer: Institutional Tensions," *Parameters* (Autumn 1985): p. 23-32 reeditado in *Strategic Leadership: Selected Readings Core Curriculum* (Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, 2011), p. 282.
40. Sorley, p. 95.
41. National Security Council, A Report to the President, p. 12.
42. COUCH, p. 24-25.
43. GABRIEL, Richard A. *To Serve With Honor* (New York: Prager, 1987) p. 173.
44. DONNITHORNE, Larry R. *The West Point Way of Leadership: From Learning Principled Leadership to Practicing It* (New York: Currency, 1993), p. 65-67.
45. Chapter 1, The Cadet Honor Code. Disponível em: <http://www.west-point.org/publications/honorsys/chap1.html#106>. Acesso em: 4 dez. 2011.
46. Harold Lord, ed., *How the Army Runs: A Senior Leader Reference Handbook 2011-2012* (Carlisle, PA: U.S. Army War College, 2011), p. 456.
47. GABRIEL. *To Serve With Honor*, p. 209.
48. The Airborne Network: Utrinque paratus, "The Military Covenant," disponível em: <<http://www.abnetwork.org/articles/military-covenant>>. Acesso em: 7 dez. 2011.
49. *Ibid.*
50. Canadian Government, "Canadian Government Statement of Defense Ethics," disponível em: <http://ethics.iit.edu/indexOfCodes-2.php?key=12_205_1480>. Acesso em: 6 fev. 2012.
51. U.S. Department of Defense, "Character: Nobility of Life and Action," p. 284.
52. Chief of Defence Staff, *Duty with Honour: The Profession of Arms in Canada 2009* (Kingston, Ontario: Canadian Defence Academy Press, 2009), p. 33.
53. MANNING, Michael P. "A Codified Joint Professional Military Ethic: The Cornerstone of 21st Century U.S. Military Transformation," (Newport, RI: Naval War College, September 15, 2010), p. 18-19.
54. U.S. Department of Defense, "Character: Nobility of Life and Action," p. 288.
55. MANNING. "A Codified Joint Professional Military Ethic," p. 18.
- Também do U.S. Department of Defense, *Joint Ethics Regulation 1-6*, 5500.7, p. 154.
56. Bundeswehr alemã, "Self Conception," disponível em: <<http://cape.army.mil/repository/ProArms/2010-12-08%20Self%20Conception%20German%20Army.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2012.
57. MOTEN, Matthew. "The Army Officers' Professional Ethic—Past, Present, and Future," Strategic Studies Institute (Carlisle, PA: U.S. Army War College, February 2010), p. 22.
58. Royal New Zealand Air Force, "RNZAF Mission Statement," disponível em: <<http://www.airforce.mil.nz/about-us/rnzaf-mission-statement.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2011. Também da Bundeswehr alemã, "Self Conception."
59. Chief of Defence Staff, *Duty with Honour*, p. 32.
60. Royal New Zealand Air Force, "RNZAF Mission Statement."
61. MANNING. "A Codified Joint Professional Military Ethic," p. 18.
62. LEW, Psalm B.C. "Preparing Values-based Commanders for the 3rd Generation Singapore Armed Forces," in *Military Ethics*, eds. Jeff Stouffer e Stefan Seiler (Kingston, Ontario: Canadian Defence Academy Press, 2008), p. 125.
63. Israeli Defense Forces, "Doctrine," <<http://www.idf.il/1497-en/Dover.aspx>>. Acesso em: 18 dez. 2011.
64. GABRIEL, Richard A. *The Warrior's Way* (Kingston, Ontario: Canadian Defence Academy Press, 2007), p. 179.
65. British Army, *Values and Standards of the British Army* (Ministry of Defense, January 2008), p. 10.
66. Canadian Government, "Canadian Government Statement of Defense Ethics," disponível em: <http://ethics.iit.edu/indexOfCodes-2.php?key=12_205_1480>. Acesso em: 6 fev. 2012.
67. FM 100-1, 26, citado em KELLEY, Hugh A. "A Proposal for the United States Army Ethic" (Carlisle Barracks, PA: U.S. Army War College, 1984), p. 23.
68. British Army, *Values and Standards of the British Army*, p. 10.
69. *Ibid.*, p. 8.
70. LEW, p. 125.
71. FM 100-1, 24, citado em KELLEY, Hugh A. "A Proposal for the United States Army Ethic," p. 20. Também do Royal Australian Army, "Traditions and Values," disponível em: <<http://www.defencejobs.gov.au/army/LifeStyle/traditionsAndValues.aspx>>. Acesso em: 22 jan. 2012.
72. BRINSFIELD, p. 81.
73. U.S. Department of Defense, *Joint Ethics Regulation 1-6*, 5500.7, p. 153, e British Army, *Values and Standards of the British Army*, p. 14.
74. Canadian Government, "Canadian Government Statement of Defense Ethics."
75. Israeli Defense Forces, "Doctrine."
76. LEW, p. 125.
77. Canadian Government, "Canadian Government Statement of Defense Ethics."
78. KILNER, Peter. "A Moral Justification for Killing in War," *Army* 60, no.2 (February, 2010): p. 60.
79. BAUMANN, Dieter. "Military Ethics: A Task for Armies," *Military Medicine* 172, no. 1 (December 2007): p. 37-38.
80. U.S. Department of the Army. *The Soldier's Blue Book*, Pamphlet 600-4 (Fort Monroe, VA: Headquarters United States Army Training and Doctrine Command, 1 October 2010), p. 16-17.
81. MOTEN, p. 5, p.13.
82. MOGELSON.
83. FREDERICK, p. 349.
84. TILGHMAN, Andrew. "Officials Troubled Over Behavior of U.S. Troops," 3 May 2012. Disponível em: <<http://www.militarytimes.com/news/2012/05/military-panetta-disciplineproblems-050312w>>. Acesso em: 17 mai. 2012.
85. BRINSFIELD, p. 72.
86. SORLEY, p. 157.
87. SUN TZU, p. 88.